



# ANAIS DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE JUNHO DE 2009

ANO XXXIV

### Mesa Executiva

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Elio Rusch
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Ademar Traiano
Partido Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Péricles de Mello
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN .....	Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV .....	Reni Pereira
Bloco PTB/PR .....	Jocelito Canto

### Representação Partidária

**PMDB** - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O artigo 91 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 91 Caberá a cada Secretário de Estado, semestralmente, comparecer perante a Comissão Permanente da Assembleia Legislativa a que estejam afetas as atribuições de sua Pasta, para prestação de contas do andamento da gestão, bem como demonstrar e avaliar o desenvolvimento de ações, programas e metas da Secretaria correspondente.

§ 1º Aplicam-se os procedimentos previstos neste artigo, no que couberem, aqueles já disciplinados em Regimento Interno do Poder Legislativo.

§ 2º O atendimento à obrigatoriedade estabelecida no *caput* deste artigo ocorrerá sem prejuízo do disposto no inciso XXXIII do artigo 54, no artigo 55 e no inciso III do artigo 62 desta Constituição.”

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/06/09.

(aa) PROFESSOR LEMOS  
VALDIR ROSSONI

**Apoiamento:**

Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Elio Rusch,

Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Stephanes Júnior, Pastor Edson Praczyk, Fernando Scanavaca, Marcelo Rangel, Douglas Fabrício, Jocelito Canto, Durval Amaral, Tadeu Veneri, Reni Pereira, Mauro Moraes, Ademar Traiano, Pedro Ivo, Rosane Ferreira, Antonio Belinati, Felipe Lucas, Luiz Nishimori, Plauto Miró, Edson Strapasson, Artagão Júnior e Neivo Beraldin.

Ao fixar para os Secretários de Estado a obrigação de comparecimento semestral perante as respectivas Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa, pretende-se estabelecer uma nova dinâmica no acompanhamento periódico das ações, programas e projetos das respectivas Pastas, e o consequente cumprimento de metas e qualidade das políticas públicas adotadas, além de se garantir ampla interatividade entre o Executivo, o Legislativo e a sociedade em geral. O atual texto constitucional prevê apenas a possibilidade de comparecimento, por iniciativa do mesmo, para expor assunto de sua escolha.

A alteração proposta traz, da mesma forma, um caráter de transparência e objetividade dos atos governamentais, e assim se apure, nas audiências objeto da presente proposta de emenda constitucional, a real e efetiva demanda desses atos em favor da população.

É, pois, instrumento que agrega aos demais constitucionalmente existente para o exercício da prerrogativa do Poder Legislativo, especialmente na fiscalização dos atos da Administração Pública, que deve se pautar pelos princípios da legalidade, impessoabilidade, moralidade, economicidade, finalidade, motivação e atendimento ao interesse público.

